



**ST20. LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA
MÉTODOS E REPRESENTAÇÕES**

1361

**A IDENTIDADE PARAIBANA NA OBRA “HISTÓRIA DA PARAÍBA”, DE
HORÁCIO DE ALMEIDA¹**

*Viviane Edna Vieira Patrício²
Dra. Luíra Freire Monteiro³*

Resumo: A paraibanidade, enquanto expressão identitária territorial, instituída no âmbito do projeto do IHGP e refletida na obra de Horácio de Almeida, constitui o objeto de nossa pesquisa. Tomada como uma especificidade capaz de coligar os naturais do estado, e naturalizada ao longo do século XX, enseja a compreensão de que os paraibanos, em si, detêm peculiaridades capazes de definir sua identidade como um povo singular, diferente dos demais brasileiros. Nossa proposta de pesquisa se dispôs a identificar as estratégias narrativas do renomado historiador, no sentido de entender em que consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária, tomando como base as indicações de Margarida Dias em seu estudo sobre a formação da historiografia local. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir da busca pela compreensão do histórico na sociedade paraibana, e pelas formas com que o passado foi utilizado em determinado tempo e espaço, que significados ele teve em determinados momentos, quais os interesses políticos e culturais e os projetos de futuro daquele historiador. A pesquisa se justifica ante o escasso número de obras e autores que se voltaram à análise da historiografia paraibana como campo de pesquisa, sobretudo dentro da temática da criação identitária, apesar desta se impor como temática relevante nos estudos históricos.

Palavras-chave: Historiografia paraibana. Identidade. Paraibanidade. Horácio de Almeida.

INTRODUÇÃO

¹ A temática deste artigo integra o projeto de Iniciação científica da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado “Arquitetura da paraibanidade: recursos retóricos dos historiadores paraibanos na construção da identidade local”, de autoria da Dra. Luíra Freire Monteiro, membro efetivo do Departamento de História daquela instituição.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em História da UEPB, e integrante pesquisadora do PIBIC, Campus I – UEPB

³ Dra. Luíra Freire Monteiro Professora titular do Departamento de História da UEPB e orientadora do PIBIC.

A paraibanidade, enquanto expressão identitária territorial, nos termos definidos por BASTOS E LOPES (2011), instituída no âmbito do projeto do IHGP e refletida na obra de Horácio de Almeida, constitui o objeto deste artigo. Tomada como uma especificidade capaz de coligar os naturais do estado, e naturalizada ao longo do século XX, enseja a compreensão de que os paraibanos, em si, detêm peculiaridades capazes de definir sua identidade como um povo singular, diferente dos demais brasileiros.

Nossa proposta de pesquisa se dispôs a identificar as estratégias narrativas do renomado historiador, no sentido de entender em que consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária, tomando como base as indicações de Margarida Dias em seu estudo sobre a formação da historiografia local. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir da busca pela compreensão do histórico na sociedade paraibana, e pelas formas com que o passado foi utilizado em determinado tempo e espaço, que significados ele teve em momentos específicos, quais os interesses políticos e culturais e os projetos de futuro daquele historiador.

UM POUCO SOBRE O AUTOR

Membro de abastada família de proprietários de engenho, Horácio de Almeida nasceu na cidade de Areia, brejo do Estado da Paraíba, em 21 de outubro de 1896, onde viveu por 23 anos. Foi em Areia onde, aos seis anos, subiu pela primeira vez aos bancos escolares, momento da construção de sua sociabilidade fora do círculo familiar.

Nesse ínterim, dedicou-se aos trabalhos do engenho do pai, Rufino Augusto de Almeida, onde se manteve em contato com toda diversidade cultural que cercava a vida no engenho. As “estórias” e “causos” dos habitantes do engenho despertaram no jovem refinada sensibilidade para as questões de memória e oralidade, e convivendo com a riqueza da tradição oral que lhe deu sensibilidade para as suas pesquisas no Romanceiro popular e da Literatura de Folheto o que no futuro lhe serviu como fonte inspiradora para a escrita de suas obras literárias. Mudou-se para a Capital do Estado em 1919 aos 23 anos de idade, para cursar o Lyceu Paraibano, período em que foi severamente acometido por variadas doenças, o que não o impediu de concluir seu curso em dois anos.

O cessar dos estudos básicos permitiram sua iniciação na arte literária, pela qual se tornou um dos intelectuais mais profícuos da Paraíba, com vasta produção sobre a história da Paraíba e dicionários. Após graduar-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1930 tornou-se membro de vários institutos na Paraíba, dentre os quais o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e um dos dez fundadores da Academia Paraibana de Letras. Nesses espaços produziu sua obra sem se afastar de um modelo comum às propostas daquelas instituições, o que nos permite enxergar nas mesmas o lugar social daquele autor, nos termos proposto por CERTEAU (2007).

Com o advento da república inicia-se um projeto que pretendia criar uma nova história para justificar a nova realidade histórica e política do Brasil. Apoiados nos

ideais de Civilização e Progresso, essa nova história é criada nos moldes da doutrina positivista, que muito influenciou na ideologia dos republicanos. Buscavam-se novos heróis e novas explicações que legitimassem o regime republicano.

Inserido nesse projeto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era fundado no dia 21 de Outubro de 1838 na cidade do Rio de Janeiro, pois tinha como ideal solidificar uma história oficial do Brasil. Além disso, o IHGB pretendia criar uma unidade e identidade nacional que pudesse se orgulhar de um “passado glorioso” e bem estruturado.

Seguindo essa linha, em 1905 foi criado na Paraíba o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). O IHGP foi um projeto local idealizado com o intuito de produzir e difundir uma versão oficial da história da Paraíba. Esse órgão também pretendia criar uma identidade paraibana, uma paraibanidade, que fosse baseada na bravura e resistência como também nas qualidades do homem nascido no solo paraibano.

Segundo muitos estudiosos “houve quem alegasse, escrevendo sobre os primeiros anos e escritos do Instituto, que essa condição de Casa da Memória se deveu mais a paraibanidade de seus sócios, engolfados no propósito de valorizar a instituição” (Portal do IHGP).

Vendo essa história local elaborada numa escrita tão tendenciosa, fez com que Horácio de Almeida se inspirasse em escrever as obras História da Paraíba tomo I e II, publicado pela primeira vez em 1966 chegando em 1997 a 3ª edição, essa obra traz em sua estrutura fatos históricos acompanhados de suas fontes documentais, nela Horácio muitas vezes faz afirmações ao longo de sua obra sobre certos acontecimentos que os primeiros estudiosos fundadores do IHGP escreveram sobre a nossa história, o que puseram no papel em muitas ocasiões são incoerências sobre fatos e datações, cuja história veio sendo reproduzida como verdade, a exemplo temos a fundação da Paraíba como um fato ocorrido pacificamente, o que Almeida prova sendo o oposto.

A INVENÇÃO DA PARAIBANIDADE

Desde sua fundação, o IHGP se dedicou à escrita de uma história local, capaz de demonstrar todas as singularidades da Paraíba e de seu povo, uma vez que os membros daquele espaço de saber entendiam que ainda não havia sido escrita uma história específica dessa fração da nação brasileira. A existência de crônicas, e mesmo da constatação de remissões ao papel da Paraíba no contexto de uma história nacional, foi compreendida como uma “história externa”, despida de exclusividades, tendo-se em vista que tal narrativa sempre explorava a Paraíba como uma extensão de Pernambuco ou como “um pedaço do Brasil”. Por tal viés evidenciava-se a necessidade da passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história, escrita por e para paraibanos no início do século XX.

Com esse fim, os produtores da história paraibana se dedicaram a criar um “tipo paraibano”, a partir de qualidades que justificassem a realização dos grandes feitos que devesse dar um sentido à história local, justificando, assim, a historiografia como

excelente campo de criação identitária, conforme admoestação de MACHADO(2001), RODRIGUES(1995) e PROST(2008), e bem demonstrado nos estudos de REIS(2003). Pautada num modelo previamente acordado entre os homens de letras que idealizavam tal operação historiográfica, a premissa de tal produção se pautava num “destino manifesto” do pequenino estado, cuja realização só teria sido possível face ao cariz de personalidades condutores desses feitos: os paraibanos, dotados de força, bravura, probidade e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade. Na elaboração de uma narrativa que destacasse tal idealização, impunha-se o elenco de datas e acontecimentos, consagrados como marcos simbólicos da história do estado, ligados aos grandes momentos do passado do país.

DIAS (1996), em estudo seminal sobre o tema, indica as proposições adotadas pelos historiadores daquele espaço de saber na realização desse acalentado projeto. É no olhar da aclamada historiadora que nos propomos a esmiuçar a obra de Almeida, no sentido de verificar se o mesmo adotou tais proposições na construção de sua narrativa histórica e do tipo paraibano.

A PAZ COMO EXPRESSÃO DE UM ETHOS

A conquista do território desmembrado da antiga e inexpressiva capitania de Itamaracá é relatada por quase todos os historiadores que se lançaram a narrar à fundação da Capitania Del Rey. ALMEIDA não fugiu à regra, a ideia de colonizar as terras da Paraíba se deu logo após o massacre ocorrido em Tracunhaém por volta de 1577-78 o Rei desmembrou essas terras da então capitania de Itamaracá e deu ordens para que a colonização se desse o mais rápido possível, pois se tinha conhecimento que os franceses estavam a explorar as riquezas da terra pertencentes ao monarca português, e incitando os índios a conflituarem com os portugueses a exemplo desse incentivo foi o massacre de Tracunhaém tendo em vista que o nativo Potiguara como afirma Horácio era o melhor gentio da terra, fácil de conviver e domesticar, mas quando provocado pelo português atitude causada pelo rapto da índia filha de Inigaçu chefe potiguara, por um dono de engenho de nome Diogo Dias que a manteve cativa por ter se encantado com sua beleza, foi o motivo que o gentio precisou, incitado pelos franceses a se vingarem e irem à luta, os índios viraram fera e o resultado foi o massacre de 600 pessoas sendo homens, mulheres, crianças, índios domesticados, negros da Guiné todos foram mortos, segundo Maximiano Machado nos relatos deixados por Frei Vicente do Salvador.

A fundação da Paraíba deu-se de modo pacífico segundo o IGHP, o que contrapõe Horácio de Almeida, segundo descrito em sua obra, foram necessárias cinco expedições durante onze anos de tentativas para que a cidade fosse enfim fundada, essas incursões não tiveram êxito por causa do gentio habitante dessas terras os índios potiguaras, guerreiros bravos que tinham o apoio dos franceses que aqui já estavam aportados, extraindo as riquezas da terra com o apoio dos nativos, mesmo depois de “conquistadas” as terras da Paraíba quatorze anos depois ainda tinham reencontros encarniçados entre colonizadores, franceses e índios. Isso acontecia pela reação dos nativos aos abusos praticados pelos colonizadores que por precisarem de mão-de-obra

para as plantações de cana-de-açúcar, e não terem alternativa mais barata iludiam os índios e os usavam como escravos, coisa que não deu muito certo devido ao espírito de liberdade e nomadismo do nativo paraibano que, nunca soube o que era cativo e que na visão dos portugueses eram pessoas preguiçosas e por esse pecado muitas vezes eram brutalmente castigados.

Almeida afirma que os gentios eram espertos, pois muitos aprendiam com facilidade a língua dos brancos e muitas vezes tiravam partido dessa vantagem contra o colonizador como se vê em 1588 com a discórdia entre portugueses e castelhanos que para cá vieram com a finalidade de conquistar as terras da Paraíba a mando do monarca de Portugal, a Espanha mandava para cá a escória de sua sociedade, bandidos fantasiados de soldados. Incentivado pelos seus aliados os franceses índios potiguaras passaram a saltar os estabelecimentos agrícolas dos brancos e seus aliados os índios tabajaras, esse foi um dos modos que o gentio encontrou para vingar-se pelos maus-tratos e pela quebra da paz que muitas vezes foram feitas e quebradas pelos portugueses por causa de sua ganância por terras e o dinheiro feito muitas vezes com a venda dos índios capturados como prisioneiros nas contendias, estimulados pelos próprios portugueses nem mesmo respeitando as leis impostas pelo Rei, devido à política de extermínio imposta por alguns representantes da coroa, com a função de domar as terras da Paraíba e colonizá-la como bem queria o monarca de Portugal.

A primeira expedição foi realizada em 1574, a mando do EL Rei D. Sebastião que determinou ao governador Luiz Brito que formasse uma expedição e fundasse uma cidade fortificada para a defesa da nova Capitania, a intenção era desoprimir os moradores de Itamaracá devido ao desassossego imposto pela violência do gentio paraibano mais afoito devido ao massacre de Tracunhaém. A incursão que não deu certo por razão da agressividade do índio paraibano, que espreitava a expedição a distancia por causa da destruição de suas aldeias e roças pelos colonizadores portugueses, o ataque à expedição foi feito aos urros e flechadas numa investida inesperada, a tropa em pânico saiu numa carreira desabalada não parando para nada até chegar a Itamaracá onde seria o lugar mais seguro, assim deu-se o fiasco da primeira expedição do ouvidor geral, e o gentio ficou mais soberbo que nunca depois da carreira dada nos portugueses.

A segunda em 1582, devido ao fracasso da primeira tentativa dessa vez Frutuoso Barbosa encabeça a expedição com recursos próprios ao chegar às terras paraibanas deu com 8 navios franceses ancorados fazendo carga, segundo Almeida, Frutuoso pôs fogo em 5 naus escapando 3 com a tripulação que estavam a bordo nos navios. A vitória durou pouco, pois os índios com o apoio dos franceses revoltados com a destruição de seus navios cercaram, sitiaram e mataram os portugueses que ficaram sob guarda da precária fortificação erguida por Frutuoso que, nesse encontro com o gentio perdeu na emboscada seu único filho, triste e derrotado com os acontecimentos da malfadada expedição Frutuoso vai a Bahia pedir ajuda e organizar a 3ª expedição, os nativos ficaram mais arrogantes que nunca o que os levou a molestar os moradores de Itamaracá ainda mais.

Em 1584 se formava a terceira expedição chegada às terras paraibanas, Frutuoso Barbosa já refeito da perda do seu filho, encabeçava a expedição junto com o general espanhol Diogo Valdez que segundo Almeida lhe atribuíram uma glória que não lhe

pertence, veio participar dessa jornada a fim de reabilitar-se dos insucessos obtidos na defesa do Estreito de Magalhães em 1581 onde perdeu 16 das 23 naus que lhes foi confiada, em março de 1584 a armada zarpar da Bahia com 7 naus espanholas e 2 portuguesas, por divergências onde o local do forte deveria ser levantado, pois Valdez queria erguer o forte a margem esquerda do Paraíba em frente a restinga, Já Frutuoso queria erguer no lugar onde hoje está a fortaleza de Cabedelo pois na sua visão ofereceria mais segurança aos moradores dos ataques dos índios, Diogo ganha a discursão e o forte é levantado rapidamente, infelizmente o local não era favorável, juntando o lugar de levantamento do forte desfavorável a defesa junto com as contendas entre portugueses e espanhóis pela liderança da nova expedição, e o controle da fortificação uma vez mais os índios levaram a melhor sobre os colonizadores expulsando-os novamente, por causa do erro de estratégia de Valdez a conquista da Paraíba foi retardada mais uma vez.

Os índios já estavam arrogantes e vaidosos com a expulsão dos portugueses das últimas vezes, como a desavença estava presente na terceira incursão portuguesa e na tentativa de fundação da nova capitania, os gentios se aproveitaram da situação e investiram pesado, sitiando-os por dias e os potiguaras como agora tinham como aliados os tabajaras antigos inimigos facilitou e muito a expulsão dos invasores portugueses, pois os tabajaras estavam descontentes com o tratamento imposto pelos portugueses, chegando ao ponto de se aliar aos inimigos contra seus antigos “aliados” e opressores os colonizadores.

Entra em execução a quarta expedição em 1585 que se fazia sobre a terra rebelde, agora comandada por Martim Leitão e financiada por ele mesmo, levou consigo 500 homens brancos com mais índios domesticados e negros escravizados para essa expedição, Pernambuco nunca vira tamanho exercito, para muitos estudiosos, Leitão foi o braço forte da conquista, depois de dias de viagem de Pernambuco a Paraíba os desbravadores chegam a essas terras tão indomáveis, dando início à colonização dessas terras tudo isso motivado pelo princípio de acordo de paz feito com o chefe tabajara Braço de Peixe, por motivos de desinteresse dos representantes da coroa em Itamaracá em colonizar a Paraíba, essa quarta expedição fracassou, pois como escreveu o autor “tudo parecia conspirar contra a Paraíba” (Almeida, 1997, p.83). Entra em cena a quinta e última expedição em agosto de 1585, comandada por João Tavares, os ventos desta vez sopravam a favor da conquista da Paraíba.

Em três de agosto de 1585, depois do encontro entre o gentio e o colonizador Português na pessoa de João Tavares a “paz” foi estabelecida com o índio Piragibe chefe da tribo Tabajara, a Paraíba estava virtualmente conquistada. João Tavares adentra o rio Paraíba vindo pelo mar dando alguns tiros de canhão para afugentar os Potiguaras, e em busca de um bom lugar para ancorar. Segundo as fontes históricas mais autenticas no dia 5 de agosto de 1585 Tavares saiu para escolher “o local onde seria erguido o novo forte na encosta da colina em cuja base se espraia o Sanhauá”, (Almeida 1997, p. 84). É por essa afirmação de paz que o IHGP explicado no livro de Margarida Dias afirma que a fundação da Paraíba foi estabelecida através da paz firmada com Piragibe chefe Tabajara, do qual foi reproduzida por muitos historiadores, para refutar

tal afirmação basta termos consciência das expedições, no total de cinco realizadas quatro sem sucesso para a colonização da Paraíba.

A CIDADE COMO INAUGURAÇÃO DA PARAIBANIDADE

Horácio de Almeida descreve com detalhes a escolha do terreno para a fundação da cidade.

Chegando à Paraíba em fins de outubro, aprovou a escolha do sítio, (...) João Tavares no dia 30 de outubro depois de ouvir a missa, saiu a percorrer os arredores, desde o Jaguaribe ao Cabo Branco, informa Frei Vicente, com base no autor do *Sumário das Armadas*. Ao cabo de andar o dia todo achou ser aquele o melhor lugar, “onde agora está a cidade, planície de mais de meia légua, muito chã, de todas as partes cercada d’água, senhor porto, que com um facão se passa além e tão acantilado que da proa de navios de sessenta toneis se salta em terra, donde sai um formoso torno d’água doce para o provimento das embarcações, que a natureza ali pôs com maravilhosa arte. (Almeida, 1997, p. 85).

1367

O que se percebe na obra de Horácio é que o lugar escolhido para a fundação da cidade foi um lugar estrategicamente selecionado, plano e espaçoso onde tivesse água doce com facilidade para os novos moradores e que ficasse perto do porto a fim de facilitar tanto o comércio como crescimento da nova cidade como também resguardar-se de invasões, no caso os franceses eram os inimigos certos, vindo a nossa costa apenas para coletar madeira para comercializá-la na Europa, e estimular os índios contra os colonizadores portugueses, porém a paz estava temporariamente estabelecida com o gentio paraibano.

Em quatro de novembro de 1585 começou a ser plantada a cidade de Nossa Senhora das Neves assim afirma Jerônimo Machado que a tudo esteve presente. Então a data de cinco de agosto comemorada até os dias atuais foi tomada em rememoração ao desembarque de João Tavares, após as pazes concertadas com Piragibe, chefe Tabajara.

Nada ela tem com a fundação, embora com ela se confunda por um erro histórico que a tradição vem mantendo... mas foi em memória desse dia que tomou o nome de N.S. das Neves quando se fundou por Martim Leitão (...). A velha cidade de Nossa Senhora das Neves já nasceu cidade, esse privilégio lhe coube porque fora fundada de ordem do Rei, em Capitania da Coroa. Ao tempo em que a Paraíba se fundou Recife não era sequer povoação. (Almeida, p.87-101)

Segundo Horácio de Almeida muitos moradores de Pernambuco vinham para Paraíba, tentar a sorte e povoar a nova capitania, desbravando o terreno para a criação de gado e para agricultura, na obra Horácio destaca valores humanos pessoas que ao lado de Martim Leitão transplantaram-se para cá montando casas na cidade, engenhos e formando os alicerces da nova cidade de Nossa Senhora das Neves.

No governo de Feliciano Coelho 1592-1600 foi assinalado por feitos notáveis destacando por maior de todo era seu interesse social, e a paz celebrada com o gentio que permitiu o aumento da conquista, a expansão da agricultura como base da riqueza da capitania.

A cidade crescia, já dotada de três ordens religiosas, a dos franciscanos, beneditinos e a dos carmelitas. Crescia também a população por força da mestiçagem, que foi a plantação mais proveitosa dos portugueses. Dos que vinham para cá, poucos traziam as famílias, alguns eram soldados quase todos caçadores de fortuna, e como sem mulher é difícil a fixação do homem na terra, a cunhã manceba ia prestando seu serviço na obra da colonização. (Almeida, p.146)

A paz com o índio foi a responsável pelo crescimento e povoamento da nova capitania, pois a forma mais fácil de fixar um homem a terra era dando a ele uma mulher, papel que as índias fizeram bem, pois se não fossem as cunhãs mancebas os homens que aqui vieram para fundar a cidade jamais teriam plantado suas raízes nessa terra tão hostil, mas o gentio paraibano estava em constante declínio, mortes causadas devido às guerras, e as doenças trazidas aos nativos pelos brancos, desapareciam nesse mesmo tempo os índios da Bahia exterminados pela mão de homens gananciosos em busca de mais terras, e infelizmente a mesma coisa acontecia em Pernambuco, conforme afirma José de Anchieta, na obra de Horácio.

O índio da Paraíba, pode-se dizer sem receio de contestação, sofreu menor cativo. Por isso, misturou-se depressa com o branco, caldeou-se com ele e foi dessa fusão que saiu o homem forte do Nordeste, o cabeça chata, o cabra macho que pegou no bacamarte e ajudou a expulsar o invasor holandês, o caboclo sorumbático da roça curvado ao cabo da enxada, o homem da terra, que tem amor à terra e já adquire a consciência de que a terra é bem comum de todos. (Almeida, p.148).

O massacre aos nativos foi tamanho que o Rei de Portugal decretou uma Lei na qual era proibido escravizar, maltratar e matar o gentio brasileiro, esse decreto não foi respeitado pelos homens que administravam a colônia brasileira. Na Paraíba o massacre de indígenas foi em menor intensidade devido à proteção das ordens religiosas para com os índios, aqueles que não aderiam à nova religião fugiam e se refugiavam em outras aldeias no sertão da capitania, o que permitiu que não desaparecessem por completo.

PERNAMBUCANIDADES À PARTE SE FAZ FAVOR

No ano em que a Paraíba foi fundada em 1585, Pernambuco já ostentava uma vida pomposa devido aos seus 66 engenhos de açúcar e uma população crescente, como se fossem uma sociedade bem nascida, pois a grandeza era tanta na capitania

pernambucana que quem não tivesse seu serviço de prata era considerado dos mais miseráveis da sociedade, na capitania da Paraíba não era diferente.

Estava acabado o século XVI. Por muito pouco que a Paraíba valesse, com apenas 15 anos de fundada, era mesmo assim, a terceira capitania do Brasil, em ordem de grandeza. Acima só havia mesmo Pernambuco e Bahia, e esta categoria a Paraíba sustentou com garbo. (Almeida, p. 149).

Mesmo a Paraíba sendo fundada tardiamente não impediu que os que moravam aqui adquirissem bens e riquezas e usufruíssem dela. Em visita ao Brasil Antônio Fernandes Brandão afirmou que nunca tinha visto tamanho luxo, lembrando a ele os homens mais ricos da corte de Madri, pois se vestiam bem os senhores de engenho bem como suas esposas e filhas, percebeu que também outros homens donos de fazenda e mercadores tinham o mesmo estilo de vida pomposo que os chegados ao Rei, Almeida afirma que Antônio Fernandes apenas conheceu em sua estada no Brasil às capitanias de Paraíba e Pernambuco, o que causou a cobiça de alguns nobres na metrópole.

Apesar de recém-fundada e de ter tido tantos infortúnios na sua fundação, a Paraíba tinha seu valor econômico o que não passou despercebido pelos homens que tanto governaram a capitania de Pernambuco quanto na Metrópole portuguesa.

Em 1755 depois da malfadada experiência do Marquês de Pombal em formar uma companhia de comércio inspirada na Holanda, Inglaterra e França que tinham muita experiência em comércio e navegação, achou de fundar a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba de olho nas riquezas adquiridas pelos desbravadores, os efeitos dessa empreitada foram extremamente negativos para a economia dessas duas capitanias, pois Portugal não tinha experiência e tradição com o comércio e essa a malfadada companhia só serviu para espoliar as vítimas de sua ganância. “Privilégios dos mais odiosos o Estado concedeu a essa empresa. Só ela podia comprar e vender na área de sua exclusiva dominação...” (Almeida Tomo II, p. 63).

E com essa espoliação das riquezas da Paraíba pela Companhia de Comércio e a precariedade de suas rendas devido a cinco anos de seca e uma cheia que destruiu as plantações, arrasou os engenhos, matou gado deixando o povo como se ainda estivessem sofrendo com a calamidade da seca, e ainda Pernambuco recebia os impostos dos produtos agrícolas vendidos no seu comércio, tributos que por direito pertenciam a Paraíba e que a capitania vizinha usava em benefício próprio, ao ser indagado sobre a dívida respondeu o governador de Pernambuco:

...estava ciente da determinação (pagamento da dívida), mas o dinheiro não havia para devolver, porque o arrecadado fora consumido pelo provedor da fazenda daquela capitania(...) Pernambuco já devia a Paraíba de 1754 e 1755 quarenta mil cruzados, não devolveria o dinheiro porque tinha a intenção de levar a capitania vizinha a exaustão e anexa-la ao seu território. Esse plano vinha concebido desde quando governou Pernambuco Duarte Sodré Pereira que, em carta ao El Rei (1730), exagerava na pobreza da Paraíba e pedia a anexação do seu território ao de Pernambuco, alegando que nem

dinheiro tinha para os donativos lançados por ocasião do casamento dos príncipes. (Almeida Tomo II, p. 65)

Horácio nos explica nessa citação o que provocou o não cumprimento do pagamento das taxas (impostos para o pagamento dos dotes dos príncipes e princesas portuguesas) com a Coroa, a Capitania paraibana foi anexada a Pernambuco em 1755 por ordem do Rei como um castigo pela inadimplência. Pois devemos levar em consideração é que, muito antes de existir a companhia de Comércio criada pelo marquês de Pombal, Pernambuco já havia solicitado a anexação do território paraibano ao Rei, numa carta declarando a pobreza excessiva da Paraíba de olho nos dividendos que a capitania paraibana produzia com a sua agricultura, na época a solicitação foi negada pelo Rei, porém revogada tempos depois como afirmado anteriormente. Atitude que deixou certa revolta na população paraibana, pois a partir da anexação a Pernambuco foi que a Paraíba ficou mais pobre, pois os seus prédios públicos passaram a cair por falta de reformas, atribuições que não estavam nem um pouco preocupados nossos então gestores. E assim permaneceu sendo explorada de 1756 a 1799 depois de 43 anos sob o jugo de Pernambuco para enfim reconquistar sua autonomia.

GRANDE, FORTE E IMORREDOURA

Em muitos momentos Horácio de Almeida exalta a bravura, e inteligência dos índios da Paraíba. Como o homem obstinado e forte que nasceu dessa mistura de Português com o gentio paraibano resultando nos coronéis, no vaqueiro valente do sertão, no povo forte e valente que buscou ao longo da história formas de se manter livre do jugo de homens exploradores como no período em que o Brasil era colônia de Portugal, no sentimento de liberdade que uniu o povo paraibano na expulsão dos holandeses em 1654, na retomada do controle da capitania submetida ao jugo e exploração do governo pernambucano. Na declaração de independência por Pedro I 1822, e mesmo antes sonhavam e planejavam se tornar independentes da metrópole portuguesa, mesmo com a prisão e morte de muitos idealizadores esse sonho não morreu e tornou-se concreto em 1822 quando enfim nos livramos do jugo de Portugal. Se tornando apesar das circunstâncias um estado forte.

CONCLUSÃO

Na obra de Horácio de Almeida utilizada para essa análise podemos ressaltar a importância que o autor demonstra ao citar os mestiços nascidos na Paraíba como: André Vidal de Negreiros um dos articuladores na expulsão dos holandeses de nosso território, na valentia dos nossos índios em especial Pedro Poti, Zorobabé grande chefe Potiguara, o velho Braço de Peixe e Piragibe fundamentais na pacificação com os Portugueses para a colonização da Paraíba e tantos outros anônimos que tiveram sua parcela de contribuição na formação de nossa história, seja lutando na expulsão do inimigo que subjuga, massacra e expolia ou na independência de seu território, o que

Almeida declara é a união desse povo quando é convidado a se manifestar na construção de seus ideais, prova disso é quando a população se junta para apoiar a independência em 1822, e para assegurar a ordem interna envia a Bahia uma força militar para expulsar os portugueses insatisfeitos com a decisão do Imperador Pedro I em proclamar a independência do Brasil do jugo de Portugal.

Em toda sua obra sobre a História da Paraíba I e II Horácio nos convida a viajar pela nossa história de forma muitas vezes poética quando ele descreve a geografia do interior que muitos chamam de sertão, na fertilidade dos campos paraibanos e no amor à terra que o sertanejo tem, da valentia de desbravar e viver em terras de clima tão inconstante, muitas vezes desértico, da ingenuidade e hospitalidade do interior onde em poucos lugares ainda se encontra, da palavra dada na afirmação de um negócio, pois palavra empenhada vale mais que dinheiro para o povo do interior paraibano, da riqueza que a terra produz no brejo com sua agricultura tão importante para a economia da Paraíba e segundo a história sendo o celeiro paraibano, do qual foi capaz de matar a fome se muita gente em períodos de grande necessidade inclusive fora do Brasil, pois muito se exportou para a Europa artigos como cereais, açúcar, couro e algodão, declarando as belezas e a densidade que eram as matas das quais existiam no estado paraibano, onde se encontrava o melhor pau-brasil da colônia. Essas são características as quais o escritor exalta no povo paraibano essa resistência nata herdada pelo indígena tão forte, lutador, valente e inteligente, que infelizmente foi tão subjugado pela mão do ganancioso homem branco.

Adjetivos importantes para a formação identitária, mesmo que esse povo não tenha essa consciência de identidade, pois não foi por acaso que escolheram por lema para colocar na bandeira de nossa capital, INTREPIDA AB ORIGINE traduzido do latim, que significa "Intrépida desde a origem". Desde nossa fundação fomos audaciosos, apesar de nossas fraquezas e do descaso de muitos representantes sobrevivemos, lutamos e crescemos apesar das adversidades.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba Tomo I**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

_____. **História da Paraíba Tomo II**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

BARBOSA, Pacífico Socorro de Fátima (org.). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio de Fonseca a Assis Chateaubriand**. João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acesso em: 18/12/2013.
<http://ihgp.net/historico.htm>. Acesso em 25/07/2014.

BASTOS, Liliana Cabral. LOPES, Luis Paulo da Moita. **Estudos de Identidade – entre práticas e saberes**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine** – O IHGP e a produção da história local. João Pessoa: Almeida gráfica e editora, 1996.

KAUFMANN, Jean Claude. **A invenção de si** – uma teoria da identidade. Lisboa: Piaget, 2004.

MACHADO, Ionita Policarpo. **Cultura historiográfica e identidade** – Uma possibilidade de análise. Passo Fundo; EDIUPF, 2001.

NASCIMENTO, George Silva do. **Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba**. Dissertação de História do Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil** – De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Dicionário Literário da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.